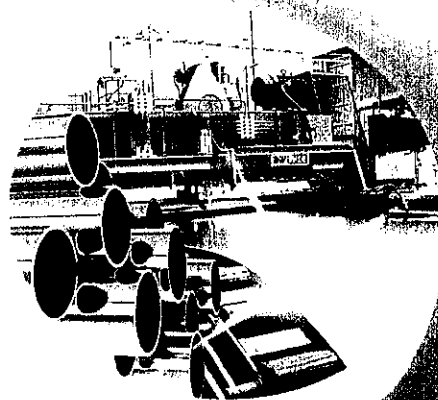


siderurgia

A revista de negócios do aço



Há luz no fim do tubo?

ESPECIAL: IVES GANDRA MARTINS, PROFESSOR E JURISTA, FALA SOBRE O BRASIL.



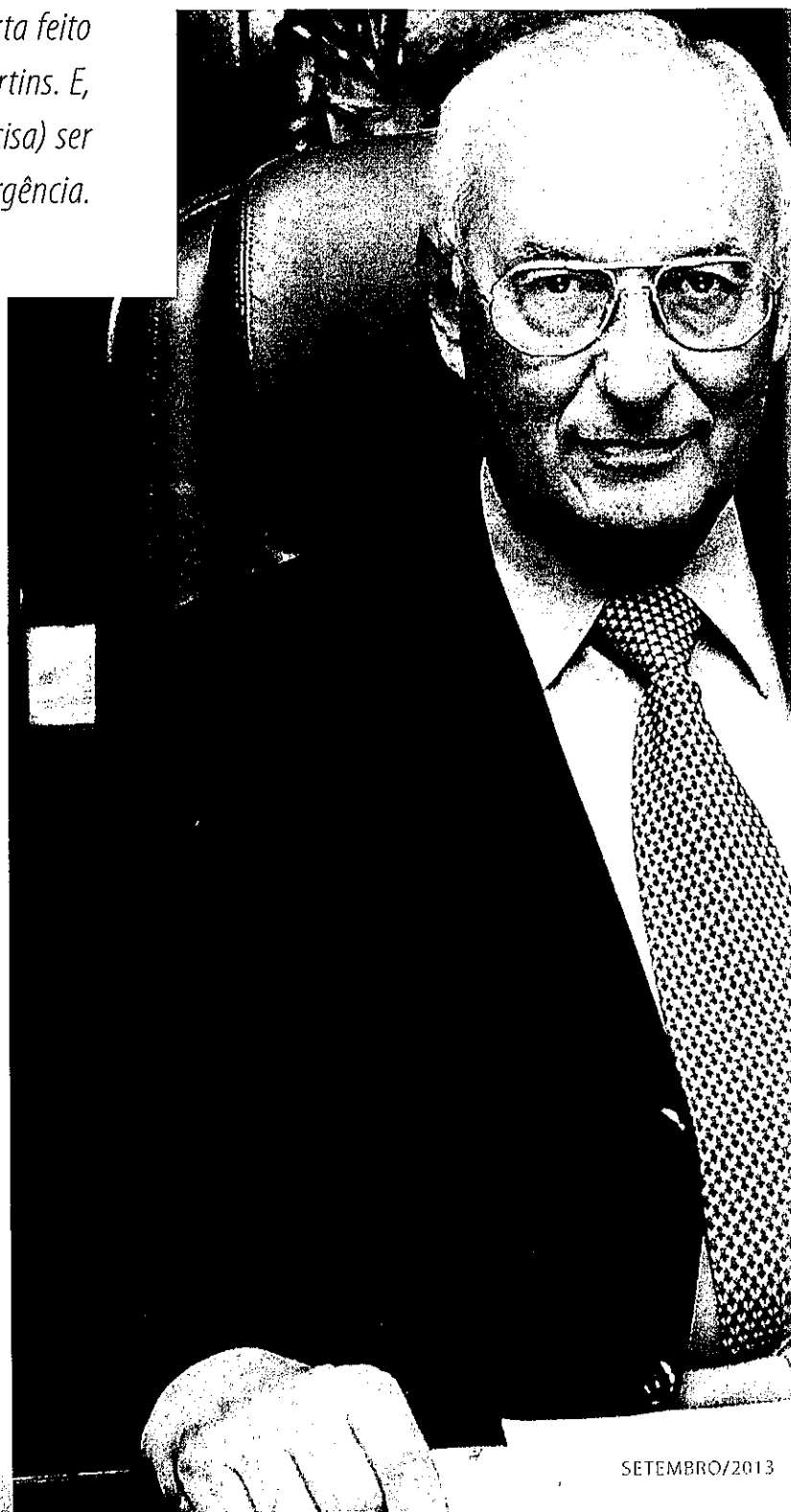
É preciso mudar

O título aí em cima é um alerta feito pelo Dr. Ives Gandra da Silva Martins. E, vindo dele, é claro, merece (e precisa) ser analisado com urgência.



e não houver mudança no modelo ou falta de moralidade no projeto governamental, a situação tenderá apenas a piorar, podendo ter o Brasil que conviver com baixo PIB, alta inflação e perda de investimentos e competitividade fora e dentro do país." A lavra desta frase – que expressa uma opinião clara e contundente sobre o que falta para o Brasil encontrar seu verdadeiro caminho para o desenvolvimento – é de ninguém menos do que o célebre advogado tributarista, professor e jurista brasileiro Ives Gandra da Silva Martins. E ela também sintetiza de maneira singular o sentimento da gigantesca ala do povo brasileiro que quer ver seu país romper as amarras que o mantêm ligado a um passado insosso e sem distinções, para que, no presente, se possa construir um futuro no qual ele possa sobressair.

Para que esse ciclo virtuoso se instale, o Dr. Ives já registrou em diversos pronunciamentos e nos brilhantes artigos que escreve para jornais e revistas de todo o Brasil, que há muito trabalho a fazer: "Se



O Brasil



Fotos: Arquivo pessoal

não começarmos por cortar, significativamente, os nós górdios da nossa insuficiência governamental, da nossa burocracia, do nosso confuso sistema tributário e do peso da nossa legislação trabalhista – mais ideológica do que voltada ao interesse dos trabalhadores –, certamente veremos outros países passando-nos à frente, pois estaremos caminhando, a passos largos, para o avanço do retrocesso”, registrou, recentemente, num deles, causando, como sempre, uma profunda reflexão.

Atendendo a um pedido da revista Siderurgia Brasil, o Dr. Ives Gandra abriu espaço em sua atribulada agenda para, gentilmente, conceder a entrevista que nosso leitor acompanha nesta e nas próximas páginas, onde aborda vários temas, que vão desde as manifestações populares que fizeram o “Brasil acordar”, passando pelo julgamento do mensalão, até chegar àquela que considera a grande discussão tributária do momento, que é a guerra fiscal. Leia, reflita e inspire-se ainda mais para ajudar o país a mudar.

Siderurgia Brasil: Como o senhor avalia a dinâmica de manifestações que varreram o Brasil no mês de junho? Ela vai durar?

Dr. Ives Gandra Martins: Há movimentos que surgem de incidentes menores, como ocorreu com a Revolução Francesa, que começou com a queda da Bastilha, onde havia apenas sete presos e nenhum preso político. Ou a independência americana, que começou com o aumento de tributação das Leis Townshend sobre alguns produtos agrícolas da colônia. No Brasil, o início foi o aumento de R\$ 0,20. Os fatos em si não são tão relevantes quanto os outros, mas terminam por apaixonar as multidões que saem ao

protesto, podendo, como ocorreu nos Estados Unidos e França, mudar a História. No Brasil, face à solidez da espinha dorsal da Constituição, que é democrática, nada obstante uma Constituição adiposa e preñe de disposições desnecessárias, os movimentos não pretendem derrubar governos, mas apenas lutar contra a corrupção, a falta de transparência, a burocracia esclerosada e a má performance dos políticos. Nisso, o movimento foi válido. Não acredito que, como ocorreu em 1968 na França, dure muito tempo, pois não se mantém o povo em tensão permanentemente. Provocaram reações, pífias por parte da presidente Dilma e afobadas por parte do Congresso, mas nenhuma delas na linha que o povo pretendia, exceção feita à manutenção das tarifas antigas. O certo é que o povo sabe que o governo não vai bem e pede mudanças que, de rigor, também não sabe como efetivá-las. De qualquer maneira, foi tocado o som de alerta e o povo sentiu a sua força, o que poderá ser positivo, muito embora, como diria o poeta grego do fim do domínio ateniense: "o mais provável é que o improvável aconteça".

O senhor acredita que o efeito político e econômico desses movimentos conseguirá mudar as diretrizes do atual governo?

É difícil uma mudança profunda em fim de governo, com as pessoas que estão no Executivo e Legislativo Federal. Haverá reformas de conveniência, mas

No Brasil, o início foi o aumento de R\$ 0,20. Os fatos em si não são tão relevantes quanto os outros, mas terminam por apaixonar as multidões que saem ao protesto, podendo, como ocorreu nos Estados Unidos e França, mudar a História.

as reformas política, tributária, administrativa, previdenciária, do Judiciário e trabalhista dificilmente sairão. Haverá, pois, apenas reformas pontuais, num momento de baixo PIB, alta inflação, falta de investimentos e de confiança de investidores, câmbio sem controle e ausência de planejamento econômico para o futuro, o que, de rigor, preocupa, pois, sem diretrizes, o cenário pode piorar ainda mais.

A participação dos sindicatos nesses movimentos foi pífia. E, mesmo quando eles o fizeram participar, foram rejeitados pela população. O que isso significa?

O sindicalismo no Brasil sustentado com recursos de todos os contribuintes está desfigurado. Tornou-se apenas braço político dos partidos, perdendo a sua função essencial, que é defender o trabalhador. Com tantos recursos dos contribuintes à disposição, muitas vezes, a luta pelo controle assemelha-se àquela própria das máfias, como recentemente ocorreu em um dos sindicatos, com depredações e feridos. Giscard D'Estaing, no livro *La Démocratie Française*, dizia que os quatro poderes de uma democracia nenhum deles deve tentar assumir a função dos outros, ou seja, o político, o sindical, o econômico e o da mídia. Quando o fazem, desvirtuam a democracia. De rigor, o "sindicalismo político" do Brasil está desfigurado por esta intenção de ser poder e não de defender a classe trabalhadora. Por isto está na UTI e teve, em sua

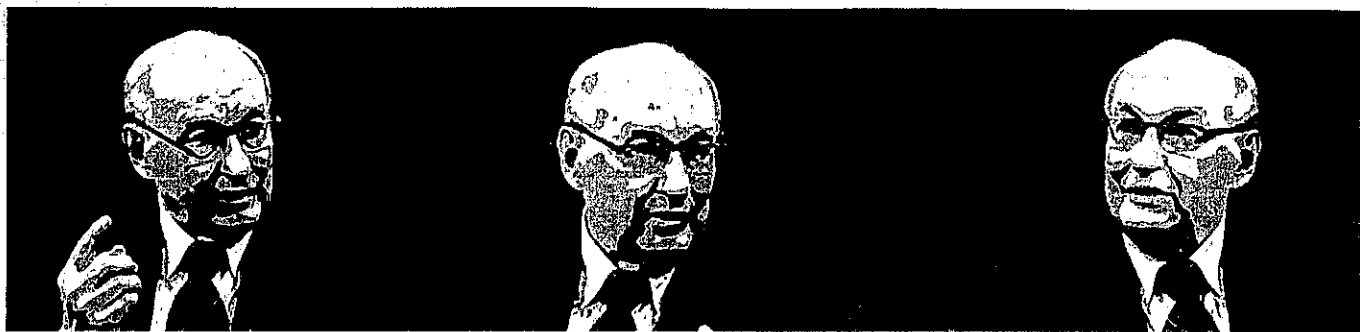
convocação geral de julho, um resultado pífio. Os trabalhadores em geral não apóiam os interesses políticos de seus dirigentes.

Essa falta de adesão popular significa que ele enfrenta uma séria crise de legitimidade ou de credibilidade junto à população?

A crise é, de rigor, como a pergunta sugere de falta de legitimidade e de credibilidade pelos motivos retroapresentados.

Em dezembro do ano passado, o senhor escreveu para o Estadão um editorial intitulado "O Brasil na encruzilhada", no qual o senhor diz que o tributo é o maior instrumento de domínio, sendo uma norma de rejeição social, porque todos sabem que o pagam mais para manter os privilégios dos governantes, do que para que o Estado preste serviços públicos. Nesse sentido, deduz que a carga tributária é sempre desmedida para atender os dois objetivos. Por que, historicamente, o governo brasileiro – e, em especial, o atual – erra tanto nessa questão e nas outras que o senhor relaciona no texto, como o fascínio pelo poder, que alimenta a corrupção, entre outras excrescências?

Minha tese de doutoramento, há mais de trinta anos, foi no sentido de mostrar que, em todos os períodos históricos e espaços geográficos, o tributo é uma norma de rejeição social, pois os governos cobram mais do que necessitam para atender a prestação de serviços públicos e as benesses que se autooutorgam à custa dos



contribuintes. Por isso, os contribuintes protestam porque sabem fazer mais com o dinheiro que ganham no trabalho do que os governos com aquilo que tiram da sociedade. E no Brasil é só verificar que, de mais de R\$ 1 trilhão que o governo federal arrecada, apenas algumas dezenas de bilhões vão para investimentos, sendo um escândalo o "déficit" previdenciário gerado para benefício exclusivo dos burocratas e políticos enquistados no poder.

Tornar a máquina governamental mais enxuta, por meio de profundas mudanças, seria, então, uma necessidade premente?

Sim. Porém, é nesse ponto que está o nó górdio do governo Dilma. Foi ela guerrilheira de um grupo, em parte treinado em Cuba, que pretendia um governo no estilo da ditadura cubana, e não uma república com economia de mercado. Seu amigo – e meu amigo, embora dele divirja em quase tudo – José Dirceu, quando já dirigente do PT, declarou que se sentia mais cubano que brasileiro. Ora, todo o seu governo é determinado por um dirigismo econômico, em que as licitações fracassaram porque não há margem de lucro para as empresas, tendo a própria presiden-

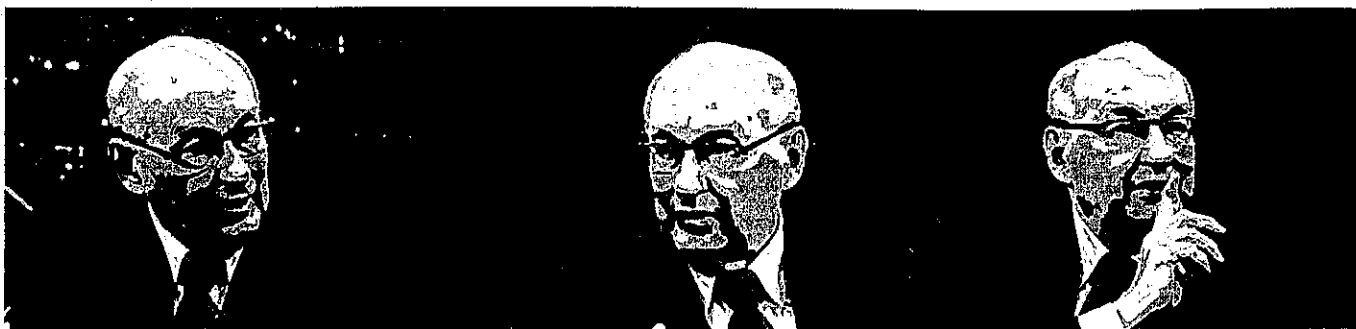
te aversão ao lucro das empresas, procurando controlá-las. Embora não seja mais a guerrilheira do passado, Dilma é alguém que acredita no controle da economia pelo Estado e que, como seu antecessor, engordou a máquina governamental com partidários, sindicalistas e aliados de ocasião, criando um Estado maior do que o PIB. Por outro lado, seu fascínio pelos regimes bolivarianos da Argentina, Venezuela e Bolívia, cujas economias fazem água pelo mesmo erro do controle excessivo da economia, torna-a prisioneira do Mercosul, deixando de fazer acordos bilaterais com outros países, em linha oposta àquela do México, Colômbia e Chile, cujos resultados econômicos têm sido melhores que os do Brasil. Isso faz para manter sua estrutura de excessiva gordura burocrática, precisando de mais tributos para cobrir "déficits", cujo caminho melhor seria o de redução de despesas de custeio. Abandonou, por outro lado e na prática, os três fundamentos do plano real (câmbio flexível, metas da inflação, superávit primário), embora com maquiagem e intervenções, algumas desastrosas, fingindo que os mantém. Esta é a razão pela qual

tem sua política econômica resultado em fantástico fracasso. Teria, pois, como disse naquele artigo do fim do ano passado, que reformular seu projeto econômico, o que não é próprio, todavia, de seu temperamento autoritário e sem auto-crítica. Infelizmente, Dilma tem-se mostrado prepotente e incompetente.

O sindicalismo no Brasil sustentado com recursos de todos os contribuintes está desfigurado. Tornou-se apenas braço político dos partidos, perdendo a sua função essencial, que é defender o trabalhador.

O julgamento do mensalão foi um marco jurídico no país, do qual a Justiça brasileira saiu fortalecida frente à opinião pública. Como o senhor vê o resultado desse processo e a questão da aplicação das penas, notadamente no que diz respeito aos esforços de algumas alas do Legislativo para mitigá-la? O senhor acredita que os condenados serão, realmente, presos e punidos? As decisões finais no mensalão deverão servir para balizar outros casos?

O mensalão foi um julgamento que, politicamente, fez bem ao Brasil, pois se tem a impressão que os ventos da moralidade pública voltam a soprar por aqui, como nos tempos dos três presidentes paulistas (Rodrigues Alves, Prudente de Moraes e Campos Salles).



Politicamente, foi o que o povo desejava. Juridicamente, tenho minhas dúvidas. A teoria do domínio do fato que prevaleceu sobre aquela do in dubio pro reo, sobre ser perigosa, pois gera profunda insegurança jurídica em quem comanda e não tem conhecimento de tudo o que ocorre nos escalões inferiores, derrubou a tradição do direito brasileiro que, numa democracia, o direito de defesa, que não existe nas ditaduras, deve ser exercido amplamente (art. 5º, inciso LV da CF). O processo penal é, pois, antes uma defesa do acusado contra o peso do Estado, de que do Estado contra o acusado. E por essa teoria, o maior responsável seria não o chefe da Casa Civil, mas o presidente da República, sequer mencionado no processo. A pergunta, todavia, é se alguém terminará cumprindo a pena encarcerado. Pelo acórdão sim, mas como no crime de quadrilha – que seria aquele que levaria os condenados com penas maiores à prisão –, a decisão foi por 7 a 4, cabendo embargos infringentes e como dois dos ministros que votaram pela condenação aposentaram-se (Carlos Brito e Peluzo), há possibilidade de que a votação se reverta para 6 a 5 a favor da absolvição, em face das declarações do ministro Luís Roberto Barroso que as penas foram pesadas demais, antes de sua

nomeação, e do ministro Teori, que em estilo quase semelhante, manifestara-se antes também de sua nomeação. De qualquer forma, como são excelentes juristas e homens justos, creio que decidirão de acordo com o que está nos autos, sendo a hipótese aqui aventada uma possibilidade, mas não necessariamente a forma como agirão. Conheço-os e sei que são brilhantes juristas e homens justos.

Como está o placar na Justiça entre contribuintes e fisco?

O placar vai mal. Muitos ministros, do STF e do STJ, têm procuradores da Fazenda Nacional licenciados (advogados do Fisco) como seus assessores, preparando-lhes votos. Nos últimos tempos, por força de uma influência cada vez maior do Fisco sobre o Judiciário, mesmo nas teses mais claras a favor do contribuinte, tem-se posicionado o Judiciário em prol do Erário, que nada faz para simplificar a legislação e torná-la mais fácil para ser compreendida e cumprida. Às vezes, tem-se a impressão que o Fisco deseja mesmo que a legislação seja complexa para poder autuar. A burocracia arrecadatória para sustentar a esclerosada máquina

estatal, inclusive o Judiciário, fez com que, em matéria tributária, ninguém mais tenha segurança no Brasil. E todos os esforços para uma reforma são inúteis, porque os governos, beneficiários dos 35% do PIB, em nível da carga, não se esforçam por reduzi-la.

Qual é a grande discussão tributária atualmente?

A maior discussão no momento é o da guerra fiscal. A exacerbação dela à revelia do Confaz e com a declaração de inconstitucionalidade do STF é que está provocando a movimentação em Brasília para que haja alteração do "quorum" para decisões do Confaz (reunião de todos os secretários de estado da Fazenda) na concessão de incentivos, objetivando facilitar sua adoção por Estados que os têm concedido de forma inconstitucional, afetando operações interestaduais. Se aprovada (para excluir a exigência de unanimidade no Confaz), essa decisão iria, a meu ver, apenas agravar consideravelmente o quadro da guerra fiscal, tornando-se um verdadeiro pacto "desfederativo". Mais do que isto, representaria modificação do artigo 146-A, o qual foi criado exatamente para evitar descom-

O mensalão foi um julgamento que, politicamente, fez bem ao Brasil, pois se tem a impressão que os ventos da moralidade pública voltam a soprar por aqui.

petitividade empresarial entre os estados, via tributos. Se a unanimidade deliberativa cair, ficarão os estados, que não concedem estímulos, sujeitos à pressão de toda espécie, por parte de investidores, que passarão a promover verdadeiros leilões entre as administrações estaduais, na escolha do local mais conveniente (ou seja, do Estado que der maiores incentivos) para sua instalação. Em vez desta busca pela quebra da unanimidade no Confaz, dever-se-ia criar uma lei complementar de incentivos fiscais e financeiros (art. 155 § 2º inc. XII letra "g" da CF), à luz do artigo 146-A da Lei Suprema, para que surgisse um sistema coerente de tal regulação. Sempre, todavia, com a adoção da unanimidade, para que os incentivos dados por um estado não tivessem que ser suportados por outro, contrário a eles. Outra forma, seria adotar, nas operações interestaduais, o regime de semi-destino com uma alíquota única para o estado de origem de 4%, matéria que a nossa Comissão de especialistas, nomeada pelo senado, está estudando, sob a presidência do ministro Nelson Jobim e relatoria do Dr. Everardo Maciel.

O certo, todavia, é que a não preservação da unanimidade deliberativa do Confaz será um complicador a mais a gerar conflitos maiores entre as entidades regionais, na caça incontrolável de investimentos, muitas vezes com desindustrialização nacional, em benefício de produtos estrangeiros e desequilíbrio nas administrações públicas, sujeitas a leilões por investidores para

Muitos ministros, do STF e do STJ, têm procuradores da Fazenda Nacional licenciados (advogados do Fisco) como seus assessores, preparando-lhes votos.

decidir se mantêm ou não investimentos em determinada unidade federativa. Que se afaste o risco deste recrudescimento da guerra fiscal que viria, certamente, com a quebra da unanimidade, em detrimento do país.

Que mudanças deverão ser aprovadas na reforma tributária?

As principais mudanças seriam equacionar o problema da guerra fiscal no ICMS e no ISS, simplificar a legislação do PIS e Cofins e simplificar toda a legislação tributária para ser pelo menos inteligível.

O Código Penal Brasileiro vem sendo assunto de discussões e debates calorosos no Brasil. Em entrevistas anteriores, o senhor já se disse convicto de que não apoia, o país não precisa de um novo código, mas, apenas, de ajustes no atual. Que ajustes são esses e de que forma eles deveriam ser feitos? Nesse cenário, quais são suas opiniões sobre as questões pontuais como a redução da maioria penal, a prisão perpétua e a pena de morte?

Não é minha área o Direito Penal, mas decididamente o projeto que impõe penas maiores a quem prejudicar animais do que atentar contra pessoas, que profissionaliza a prostituição, que permite o aborto indiscriminado, que cria hipóteses de crimes, tornando preconceitos as meras opiniões, que introduz a eutanásia, assim como muitas outras hipóteses contestáveis mereceria ser por inteiro rejeitado. O Código Penal atual tem sido atualizado. Veja-

-se, por exemplo, a lei 8137 sobre os crimes tributários. Não sinto necessidade de um amplo projeto de lei repleto de preconceitos ideológicos e de inconseqüências jurídicas. Basta continuar atualizando o atual. Sobre a redução da maioria penal, embora possa ser tida por inconstitucional por ser cláusula pétrea (art. 228), a meu ver, via plebiscito, poderia ser reduzida. Nesse sentido, meu filho Rogério Martins escreveu artigo publicado na Folha de S. Paulo, do dia 13 de maio de 2013, intitulado Maioridade Penal e Discernimento, que pode ser encontrado na internet e vale a pena ser lido. Sou contra a prisão perpétua e a pena de morte. Nenhuma pena a meu ver deveria ultrapassar trinta anos. É de se lembrar que um criminoso como São Dimas, que disse que mereceria ser crucificado, arrependeu-se no último momento e foi o primeiro a entrar no reino dos céus com Cristo. Há sempre a esperança da recuperação.

Em vista de tudo que vem acontecendo no cenário da economia do país, quais são suas projeções para ela nos próximos anos?

Exponho minha opinião sobre o tema no artigo publicado na Revista da ESPM, O Estado e a Economia, que também pode ser encontrado na internet. Em síntese, acredito que se não houver mudança no modelo ou falta de moralidade no projeto governamental, a situação tenderá apenas a piorar, como afirmei na primeira resposta desta entrevista, podendo ter o Brasil que conviver com baixo PIB, alta inflação e perda de investimentos e competitividade fora e dentro do país.